



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2025 – ATA nº 002/2025 – CNPJ 83.043.745/0001-65 – NIRE 42.3.0000078-7.

LOCAL E HORA: Na sede da Sociedade, sito à Rua Murilo Andriani, nº 327, Bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis/SC, às 14h00min. De acordo com o §3º do Art.1º da Instrução Normativa DREI 79, de 14/04/2020, a reunião digital é considerada realizada na sede da Empresa. A reunião ocorreu por meio dos links de videochamadas: meet.google.com/kvy-uqgb-axe, meet.google.com/wov-aiis-xvd, e meet.google.com/egk-fkvd-kqd (troca de link após 1h de reunião para registro de transcrição) **CONSELHEIROS PRESENTES:** Maximo Porto Seleme – Presidente do Conselho; Diego Silva de Oliveira – Vice-presidente do Conselho; Wilian Filipini; Daniel da Costa Xavier; Samira Oenning Domingos e Danilo Saldanha Bizarro, como Conselheiro Representante dos Empregados. **DIRETORES PRESENTES:** Diego Ricardo Holler – Presidente em Exercício e Vice-presidente Administrativo e Financeiro – VPA, Tiago Fagonde Moraes – Vice-presidente de Mercado – VPM, Marcos Antônio da Silva – Vice-presidente de Tecnologia e Nilson da Rosa – Vice-presidente Institucional - VPI. **FUNCIONÁRIOS PRESENTES:** Júnia Rosa Soares – Chefe de Gabinete, Jorge Luiz da Maia – Auditor, Emerson Adriano Moraes Catarina - Assessoria de Planejamento e Gestão – APG, Patrícia Kuersten Rocha Amboni – Gerente de Contabilidade e Romário Luiz Coan – Assistente Jurídico, Rosalia Maria Cassol – Gerente Comercial, Secundino Lemos Neto – Gerente de Pessoas. **REGISTRO DESCRITIVO DA REUNIÃO:** O Presidente do Conselho, Maximo Seleme deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos. Em seguida, convidou-me, Júnia Rosa Soares, para secretariar os trabalhos. Procedeu-se à leitura da Ordem do Dia, cujo teor é **1. Demonstrações Financeiras Consolidadas; 2. Acompanhamento do Planejamento e Realização das Ações Negociais da Empresa (Apresentação Vice-presidências, com ênfase em mercado); 3. Revisão final e aprovação da ELP - Estratégia de Longo Prazo; PNA - Plano de Negócios Anual; Contrato de Gestão e Resultados (enviado previamente em 07/02/2024); 4. Relatório de Pessoal/Alocação (solicitação presidente CONAD); 5. Outros assuntos de interesse da sociedade.** Foi dada ciência ao Conselho que o Conselheiro Jorge Frydberg avisou da impossibilidade de participação, devido a problemas de conexão com a Internet. Para o **item 1 da pauta, Demonstrações Financeiras Consolidadas**, a Gerente de Contabilidade do CIASC, Patrícia, fez a apresentação do balancete acumulado até o mês de dezembro de 2024. Informou que os dados apresentados são prévios, já que a empresa está nas tratativas de encerramento do balanço consolidado, que ainda passará pela verificação da auditoria externa. Apresentou os valores acumulados de janeiro a dezembro do ano de 2024, do Ativo e Passivo, e em seguida as receitas bruta, líquida, custos e despesas, sempre demonstrando o comparativo com o mesmo período do ano de 2023. O resultado acumulado de janeiro a dezembro do ano de 2024, foi negativo (prejuízo) no valor de R\$13,702 milhões contra um prejuízo acumulado no mesmo período do ano de 2023 na ordem de R\$6,174 milhões. Em seguida apresentou o resultado operacional de dezembro/2024, em comparação ao mês de novembro de 2024. O Conselheiro Danilo questionou sobre os empregados reintegrados em 2024, se foi feito o provisionamento para este pagamento. Patrícia respondeu que não há implicação em não ser feito o provisionamento. Maximo agradeceu a apresentação, e



direcionou sua fala ao Presidente Diego, sobre a mensuração de resultado de desempenho, se há o controle de produtividade das equipes. Diego respondeu que é necessário avançar nesse aspecto, pois em 2023 o regime híbrido foi previsto em ACT, há somente a gestão pelas chefias imediatas, sem uso de mecanismos ou ferramentas de controle. Será criado um Comitê de Desenvolvimento Institucional, para a revisão de processos, atualização do PCCS, da atuação de bolsistas e estagiários, terceirização de atividades maio, etc.. Inclusive deverá avaliar os impactos das saídas do PDVI, e estudar a necessidade de reposição por concurso face a noção difundida de que haverá falta de mão de obra. Citou o exemplo do desligamento do mainframe, que liberou pessoas para a adesão ao PDVI sem necessidade de reposição. Em seguida, no **item 2, Acompanhamento do Planejamento e Realização das Ações Negociais da Empresa (Apresentação Vice-presidências, com ênfase em Mercado)**, o Vice-presidente de Mercado - VPM Tiago, que destacou a relevância de apresentar as atividades desenvolvidas pela VPM, para que a experiência dos membros do Conselho auxiliem na continuidade dessas ações. Tiago compartilhou a visão geral do faturamento da empresa e o trabalho da área comercial na VPM. Apresentou uma análise comparativa do faturamento entre os anos de 2023 e 2024. Demonstrou que comparando mês a mês, o ano de 2024 superou 2023 em nove dos doze meses, com exceção de janeiro, março e julho, que tiveram faturamento inferior ao mesmo período do ano anterior. A análise consolidada indicou um incremento de aproximadamente R\$13 milhões no faturamento de 2024 em relação a 2023. Explicou que o desempenho positivo em 2024 foi em parte fruto de um esforço significativo no reequilíbrio de contratos com fornecedores, na aplicação de reajustes contratuais previstos e na regularização de contratos com clientes, que em algumas ocasiões, demandam a prestação de serviços prévia à formalização contratual, o que só ocorre para não prejudicar os órgãos da administração pública. Classificou 2024 como um ano de organização interna, com regularização de diversas pendências, com o fechamento de acordos e a entrada de recursos financeiros. Tiago ressaltou que sua apresentação foca o faturamento, não abordando o panorama de despesas. Informou que houve reequilíbrio em cinco novos contratos, com expectativa de que contribuam com significativo faturamento adicional para o ano de 2025, decorrente da atualização de valores que não sofriam reajustes há mais de uma década. Tiago também afirmou a do trabalho conjunto com o Vice-presidente de Tecnologia - VPT e sua equipe no levantamento dos custos que embasaram as propostas de reequilíbrio apresentadas aos clientes. Avaliou que as estratégias implementadas em 2024 foram muito adequadas, mas a mesma abordagem não será aplicável para 2025, dada a necessidade de reequilíbrio e reajustes naquele período. Esclareceu que para 2025, a estratégia central é a busca por “dinheiro novo”, por meio da expansão das vendas de produtos e serviços para municípios e outros estados, com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade financeira do CIASC em novos mercados do setor público. Informou que estão em desenvolvimento novos produtos pela VPT para somar aos produtos já existentes no portfólio do CIASC. Nilson, Vice-presidente Institucional apoiou o VPM e relatou que representantes dos estados do Sul e Sudeste manifestaram interesse em implementar a integração total dos sistemas vinculados à Segurança Pública por meio do CIASC, gerando uma oportunidade de venda para esses estados, com aumento de receita adicional almejada. Enfatizou que a apresentação contou com a presença de governantes e secretários de Estado, evidenciando o protagonismo de Santa Catarina no cenário nacional. Tiago retomou a palavra mencionando o esforço conjunto por novas oportunidades de negócio, com o apoio do Presidente Diego junto ao



GGG - Grupo Gestor de Governo. Descreveu as várias ações de reestruturação da gerência comercial visando otimizar pessoas e processos para aprimorar o atendimento aos clientes e racionalizar o uso dos recursos nas soluções. Apresentou ao Conselho, para conhecimento e para orientações sobre a possibilidade de implementá-lo como um Procedimento Operacional Padrão - POP o processo de reconhecimento de dívidas de clientes. Como exemplo, utilizou o case da SAR. Propôs estabelecer um POP consensuado com todas as instâncias deliberativas e consultivas da empresa, visando uniformizar as tratativas, sem abordar cada cliente de forma isolada. Passou a palavra para Rosália, que apresentou ao Conselho o procedimento do processo de reconhecimento de dívida que a equipe vem utilizando, para validação do procedimento. Detalhou que há quatro situações que geram o reconhecimento de dívida: **a.** Quando um cliente possui um contrato que expira e a renovação não ocorre imediatamente, criando um lapso temporal entre o encerramento e a renovação. Durante esse período descoberto; **b.** Quando um cliente possui contrato que não é renovado, mas o CIASC continua prestando o serviço por um período; **c.** No caso de novos órgãos que são criados, onde o CIASC inicia a prestação do serviço antes que a contratação formal seja finalizada; **d.** A apuração de valores devidos quando há um contrato, mas por algum motivo não é possível faturá-lo. Rosália explicou o funcionamento do processo de reconhecimento de dívida: inicialmente é feita a apuração dos serviços prestados e dos valores devidos para formalizar um processo. Em seguida, elabora-se uma notificação inicial ao órgão, comunicando a inadimplência. Essa comunicação é feita via processo SGPe, e-mail ou ambos. A notificação inicial é simples, mas menciona o Tribunal de Contas e os valores em aberto. Após a notificação inicial, o processo é monitorado pelo setor para verificar o pagamento pelo órgão/ente. Mensalmente, ocorrem atualizações dos valores não pagos. Caso o pagamento não ocorra em um período de quatro meses, a gerência comercial, junto com a Vice-presidência de Mercado, elabora uma notificação administrativa, que é mais detalhada e traz o histórico da dívida. Ao final, solicita-se ao cliente uma proposta formal de pagamento em 30 dias, sob pena de medidas legais. Se a notificação administrativa não gerar resultado, a situação é escalada, envolvendo a diretoria executiva do CIASC e a Vice-presidência de Mercado. Nesse ponto, considera-se a notificação extrajudicial e judicial, a suspensão do serviço e outras providências legais cabíveis. Tiago ressaltou a importância de avançar, ressalvando, contudo, que se trata de órgãos de governo e entidades públicas, para os quais são prestados serviços essenciais. Enfatizou a necessidade de recursos da empresa e que a prestação de serviço deve ter a devida contrapartida. Contudo, o objetivo da apresentação é validar com o Conselho de Administração o processo de cobrança dos débitos, tanto pelo aspecto financeiro quanto legal e profissional da empresa. O Presidente do Conselho, Maximo, concordou com a necessidade de cobrança e de revisão dos processos do CIASC, que considerou desequilibrados em comparação com práticas de mercado privado, onde a falta de pagamento leva à imediata interrupção do serviço. Defendeu também que a cobrança deve ser feita, responsabilizando os gestores pelo provisionamento e pagamento dos contratos. Danilo também manifestou apoio à firmeza na cobrança, concordando com o Presidente Maximo, enfatizando que essa é uma preocupação dos funcionários, pois o CIASC possui passivos a pagar mensalmente. Maximo solicitou as considerações dos conselheiros sobre a solicitação de padronizar e dar "incremento" às cobranças, com base no POP proposto. Samira solicitou que a decisão fosse adiada para uma próxima reunião, pois gostaria de entender com mais detalhes a situação. Danilo manifestou urgência na decisão devido a situação financeira da empresa. Sugeriu-se então marcar uma reunião



extraordinária para tratar exclusivamente desse assunto. O Presidente Maximo concordou com uma reunião para tratar do tema, definida para o dia 12 de março de 2025. Diego Ricardo Holler, presidente em exercício, informou que ao assumir a presidência, havia R\$12 milhões a cobrar de órgãos/entes, alguns débitos de anos muito anteriores. Explicou que o reconhecimento da dívida ocorre por serviços prestados sem cobertura contratual, mas que são serviços essenciais de governo, não podendo simplesmente ser cortado o atendimento do serviço. Mencionou que ordenadores de despesa receiam realizar o processo de reconhecimento de dívida devido a questões legais, mas que a equipe do CIASC auxilia na instrução do processo. Ponderou sobre a judicialização por dívidas passadas e sugere como orientação que sejam tentadas todas as alternativas antes da via judicial. Tiago complementou, explicando que o objetivo do POP não era judicializar de imediato, mas sim formalizar a comunicação aos órgãos sobre o procedimento, para que pudessem apresentar alternativas. Esclareceu que se trata de casos pré-existentes que demandam muito tempo e recurso, e que o objetivo era validar o rito do processo de cobrança para evidenciar ao Tribunal de Contas que todas as etapas foram cumpridas, sem renúncia de receita pública. Finalizou enfatizando que, nos casos em que as alternativas de negociação foram esgotadas, o caso seria encaminhado para a área jurídica para notificação extrajudicial. Maximo concordou com a necessidade de analisar as exceções e de trazer ao Conselho os casos que chegarem a esse limite. Prosseguindo com o **item 3 da pauta, Revisão final e aprovação da ELP - Estratégia de Longo Prazo; PNA - Plano de Negócios Anual; Contrato de Gestão e Resultados (enviado previamente em 07/02/2024)**, Emerson - APG, esclareceu que os objetivos estratégicos se mantinham como apresentados em reunião do CONAD 001/2025 ocorrida no dia 29 de janeiro de 2025, com exceção de alterações nos Indicadores Estratégicos (IE) 09 e 15: a. No IE 009, houve uma solicitação da APD para alterar a meta de 2025 para 85%, considerando algumas alterações. No entanto, a diretoria optou por manter a meta em 90%. B. No IE 015, o VPM solicitou a alteração da meta de 1.145 horas para 625 horas em função do PDVI (Programa de Demissão Voluntária Incentivada), que reduziu a equipe de gestores de relacionamento a seis pessoas. O cálculo de 104 horas multiplicado por 6 horas resultou em 624 horas, sendo arredondado para 625. Essa alteração foi feita para corresponder ao valor da ILP (Instrumento de Longo Prazo). Emerson destacou que as revisões contratuais dos indicadores 9 e 15 também foram alinhados com essas decisões, mantendo o valor de 90% para o IE 009 e ajustando o IE 015 para atender ao mesmo valor da ILP. Conselheiro Danilo fez uma observação em relação ao tópico “visão da empresa”, presente na página 7 do documento, que diz: “seja reconhecido como a melhor opção em soluções de tecnologia para a administração pública em Santa Catarina”. Questionou se não seria importante incluir no conceito de visão uma perspectiva que ultrapassasse os limites do Estado, considerando a intenção de buscar receita extra estadual, mencionada inclusive na página 31 como objetivo. Presidente Maximo considerou que o documento, naquele momento, era focado no planejamento intraestadual e atendia bem às necessidades ligadas ao Estado de Santa Catarina, concordou que a expansão para outros estados deve ser considerada em um documento futuro. Emerson concordou com o Presidente, reforçando que os documentos devem ser “vivos” e não estáticos. Explicou que o planejamento estratégico atual precisa ser atualizado e que há a intenção de realizar um novo planejamento estratégico ainda este ano, considerando a possibilidade de atuação em âmbito nacional. Romário, assessor jurídico, ponderou que há necessidade de incluir no Contrato de Gestão a possibilidade de a empresa atuar no mercado fora de Santa Catarina, mantendo como



primordial o atendimento ao estado, mas com a capacidade de realizar outras contratações dentro de uma política definida pelo Conselho. Argumentou que, principalmente na área de tecnologia, não existem mais barreiras territoriais para a atuação de empresas. Danilo questionou, na página 23, contextualizar de forma a demonstrar que, dentro do que foi firmado no ACT a empresa está tomando todas as medidas necessárias para honrar os acordos feitos. Diego respondeu que os acordos coletivos de trabalho estão sendo cumpridos, conforme o que é previsto em contrato. Danilo elucidou sua pergunta informando que vários funcionários o procuram com questionamentos sobre o compromisso de mudança no PCCS será cumprido. Presidente Maximo ponderou que a pauta é sobre os documentos de planejamento, não havendo motivos para se cobrar posicionamentos neste item. Danilo explicou que por se tratar de um planejamento, e que PCCS se faz necessário um planejamento orçamentário, se há intenção de cumprir um acordo, ele precisa estar orçado. Maximo esclareceu que o Presidente Diego já respondeu que está tudo conforme o que é previsto. Encerando o item, o Presidente do Conselho colocou em votação o item 3 da pauta: **aprovação da ELP - Estratégia de Longo Prazo; PNA - Plano de Negócios Anual e Contrato de Gestão e Resultados**, que foi aprovado por unanimidade. Para o item 4 da pauta, **Relatório de Pessoal/Alocação (solicitação presidente CONAD)** o gerente de pessoas Lemos iniciou a apresentação do relatório solicitado, mencionando os impactos relacionados ao contingenciamento para o planejamento e ao PDVI - Programa de Demissão Voluntária e Incentivada. Explicou que o PDVI proporcionará uma diminuição dos gastos com pessoal, o que irá auxiliar na execução de outros projetos. Lemos apresentou dados sobre os inscritos no PDVI, mencionou que dos 180 empregados elegíveis 173 empregados fizeram a adesão e que as saídas já haviam começado em janeiro, com 26 desligamentos. Maximo solicitou o detalhamento da saída de funcionários por área e sobre os colaboradores que estão à disposição de outros órgãos, a fim de se ter uma noção clara do quadro da empresa antes de se pensar em um concurso público. Lemos informou que há um número reduzido de empregados à disposição, apenas dois. Esclareceu que nos próximos três anos de saídas do PDVI, o empregado pode desistir de sair, então existe o fator de imprevisibilidade. Mas o impacto da saída dos 173 funcionários inscritos é considerável em todas as áreas/vice-presidências, principalmente na área finalística da empresa - Vice-presidência de Tecnologia. Reforçou a intenção da Diretoria de rever os processos para otimizá-los e que em função do modelo de negócio, seja definido com segurança qual o perfil do profissional a ser contratado via concurso. Lemos explicou que nesse momento ainda é muito superficial esse conhecimento. Maximo pediu confirmação de que não há necessidade de preocupação imediata de reposição, uma vez que esses 173 empregados ainda possuem um prazo de três anos para sair ou não. Lemos confirmou a informação e acrescentou que inicialmente, o ano que mais terá impacto será 2025, com uma saída de em torno de 70 empregados. Danilo reforçou seu pedido para que seja considerada a opção de concurso público, como cadastro reserva, se for o caso. Argumentou que o CIASC possui clientes grandes que demandam esforços substantivos, e que as equipes de terceirizados muitas vezes não dão conta por ter uma alta rotatividade de pessoas, os empregados de carreira precisam parar para explicar o funcionamento e as regras para os novos. Maximo respondeu que em relação ao tema de concurso público, será tratado posteriormente, quando estiver em pauta. Esclareceu que não se pode trabalhar em cima de previsões, e os números do PDVI ainda são previsões. Diego frisou que o CIASC é uma empresa estatal independente, e as empresas estatais independentes precisam ser sustentáveis, se auto sustentar, pois não



podem receber recursos do Tesouro Estadual para despesas correntes. Explicou que há possibilidade de novos faturamentos, no entanto, como hoje existem questionamentos dos órgãos de controle, e até que se tenha uma posição desses, a empresa está caminhando de forma cautelosa em relação a parcerias. Esclareceu que é preciso ser muito realista, uma vez que a última contratação de efetivos na empresa foi no ano de 2021, e desde então o quadro de efetivos vem sendo reduzido, ou por pessoas que pediram demissão, ou por falecimentos, ou por pessoas que atingiram os 75 anos de idade. Mas que mesmo assim, de 2022 para 2023 o gasto de pessoal aumentou, e depois de 2023 para 2024 aumentou ainda mais. Porém a receita do CIASC não aumentou na mesma proporção. Avisou que o concurso público será avaliado, mas que na atual conjuntura todas as ações estão sendo tomadas para que possa viabilizar o PCCS. Diego finalizou falando que, para isso, a empresa precisa estar unida e estar ciente da atual situação, situação essa que não é nova e que está sendo corrigida. Maximo agradeceu e falou de sua preocupação, pois há dois anos o Conselho deu seu voto de confiança para os colaboradores do CIASC com o regime remota, mas que não sabe como está a métrica de produtividade, que seria bom ter conhecimento sobre o assunto. Ponderou de que abrir concurso público nesse momento para trazer mais pessoas dada a situação da empresa a colocaria ainda mais distante da meta de autossuficiência. Explicou que é preciso cobrar a produtividade, entender quem está trabalhando em casa, se estão sendo entregues as atividades. E solicitou uma reunião para entender como está a produtividade e que métricas estão sendo verificadas, assunto a ser pautado posteriormente. Romário concordou com a fala do Presidente Diego e enfatizou que a empresa terá que analisar no que irá focar para os próximos anos, como contratar mais cargos estratégicos em vez de operacionais. Conselheiro Danilo argumentou que cabe às gerências identificar aqueles que não estão contribuindo com a empresa. Alertou que há equipes que estão sobrecarregadas, e é necessário que haja equilíbrio. Por fim, no **item 5 Outros assuntos de interesse da sociedade**, o auditor Jorge Da Maia falou sobre o imperativo de contratação de empresa de auditoria externa, que é de competência do Conselho homologar. Explicou que a atual empresa é a SASHO de São Paulo e o valor foi de R\$17.700,00 em 2024. Para o ano de 2025, a licitação já foi feita, com a empresa ganhadora começando a partir de primeiro de maio, pelo valor de R\$17.000. Afirmou que a empresa ganhadora atende os requisitos do Termos de Referência e que todas as etapas legais do certame foram cumpridas. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a contratação da empresa Senior Auditores Independentes, vencedora do certame realizado. O Conselheiro Danilo solicitou que o CAE - Comitê de Auditoria Estatutária encaminhasse o relatório bimestral, previsto em Estatuto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, sobretudo do presidente Diego pelas informações fornecidas ao Conselho e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta Ata, a mesma foi lida, corrigida, considerada conforme e aprovada por todos os presentes à reunião. Em atendimento ao §2º do art.10 da Instrução Normativa DREI 79, de 14/04/2020, este documento único consta no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe, no processo CIASC 007/2025, utilizado pelo Governo do Estado, sendo assinado eletronicamente por meio de Certificação Digital, por mim, Júnia Rosa Soares - Secretária dos Trabalhos; Maximo Porto Seleme – Presidente do Conselho de Administração, Diego Silva de Oliveira – Vice-presidente do Conselho e os Conselheiros Wilian Filipini, Daniel da Costa Xavier, Samira Oenning Domingos e Danilo Saldanha Bizarro, como Conselheiro representante dos empregados.



Cópia fiel do original lavrado no livro nº 7, Fls. 009 a 015 do Registro de Atas do Conselho de Administração do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A – CIASC. Processo SGPe CIASC 0007 2025

Júnia Rosa Soares
Secretária dos trabalhos



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

21/03/2025

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 20/03/2025

Arquivamento 20258917938 Protocolo 258917938 de 20/03/2025 NIRE 42300000787

Nome da empresa CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 673244864329801

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral



258917938

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC
PROTOCOLO	258917938 - 20/03/2025
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

NIRE 42300000787
CNPJ 83.043.745/0001-65
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/03/2025
SOB N: 20258917938

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 50851560563 - JUNIA ROSA SOARES - Assinado em 20/03/2025 às 18:10:32



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

21/03/2025

Certifico o Registro em 21/03/2025 Data dos Efeitos 20/03/2025

Arquivamento 20258917938 Protocolo 258917938 de 20/03/2025 NIRE 42300000787

Nome da empresa CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 673244864329801

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral